




O processo de securitização de imigrantes: Uma análise dos discursos de Donald Trump, Viktor Orbán e Jair Bolsonaro.

Ana Giulia Ricciardi Aldgeire ^{*}, André Luís Marcondes , Renan Nascimento Lopes 

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*Autor correspondente. Email: anaricciardi23@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar três estudos de caso sobre as narrativas construídas por atores políticos e os instrumentos mobilizados por especialistas em segurança no tratamento das migrações internacionais e suas problemáticas presentes na estrutura da ordem internacional. Abrangendo os elementos retóricos de três governos e seus respectivos representantes – Viktor Orbán (2010-hoje), Donald Trump (2017-2020) e Jair Bolsonaro (2019-2022) – serão exploradas, por meio da análise do discurso, as políticas migratórias implementadas em seus respectivos países. Na esteira dessa reflexão, o suporte teórico auxilia no entendimento da pesquisa de que a securitização foi institucionalizada como uma construção política, tratando as imigrações pelas lentes da criminalização. Partindo dessa perspectiva, os resultados preliminares do estudo mostram um alto grau de correlação entre os fenômenos migratórios e os fenômenos de segurança, além de discursos racializados e restritivos a determinados grupos de imigrantes, cuja presença é tratada como ameaça, vindos de governos da chamada *alt-right*.

Palavras-chaves: Segurança internacional, Imigrantes, Securitização, *Outsiders*, Análise de discurso

1. Introdução

O aumento dos deslocamentos, internos e externos, tem se mostrado um dos fenômenos mais desafiadores do mundo contemporâneo em termos teóricos e políticos. Neste artigo, propõe-se uma análise das complexas interligações entre instâncias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais envolvidas nos movimentos de pessoas que cruzam as fronteiras dos Estados Unidos, Hungria e Brasil e como o tratamento desses migrantes é informado por ideologias extremistas de direita. Com isso, há uma necessidade de recuperar e incorporar aos estudos sobre migração internacional o debate atual acerca da relação entre securitização e governança.

A conexão entre migrações internacionais e segurança tem se tornado um tema cada vez mais corrente em Estados que experienciaram uma crescente onda nacionalista.

O aumento de fluxos migratórios exacerba a desconfiança de largos estratos sociais frente aos governos e às organizações internacionais por não chegarem a um consenso na resposta a esse fenômeno. Essa clivagem de opiniões foi aproveitada por partidos e movimentos da extrema-direita na ofensiva contra os imigrantes, no qual retiraram a migração do campo político e a inserem no campo da segurança. Urge, portanto, a necessidade de se entender até que ponto as práticas de securitização estão presentes nos discursos e políticas desses novos governos de direita. Com a finalidade de contribuir para a literatura, este artigo se propõe a explorar discursos propagados pelos presidentes Viktor Orbán (2010–hoje) na Hungria, Donald Trump (2017–2020) nos EUA e Jair Bolsonaro (2019–2022) no Brasil, para compreender como estes atores estão posicionando a imigração como uma questão de ameaça à segurança nacional.

Este trabalho está dividido em quatro partes. A primeira introduz reflexões de diferentes autores que nos ajudaram a compreender o processo de construção do imigrante como ameaça por líderes de governo, e como isso tem repercussões no quadro de políticas públicas e no campo social. Em seguida, a segunda seção apresenta a metodologia de pesquisa deste trabalho. A terceira parte se dedica à análise dos discursos e das políticas anti-imigratórias de Orbán, Trump e Bolsonaro. Por fim, na última seção, são feitas as reflexões sobre os achados desta pesquisa.

2. Construindo o imigrante como ameaça

A figura do estrangeiro como representação de ameaça para a segurança nacional e ordem interna não é um novo tema nos estudos de Relações Internacionais. O medo da invasão de agentes estrangeiros, por muitos anos, fez com que o sistema internacional se organizasse através de relações de guerras e conflitos. Ainda hoje é possível ver que muitos associam a figura do imigrante com o *outsider* nas relações internacionais. Sendo um termo já consagrado pela Ciências Sociais, o *outsider*, segundo Becker (2008), é classificado como uma pessoa desviante que infringe as regras de comportamento estipuladas pelo grupo ou contexto em que está inserido. Essas regras podem ser formais, no sentido da lei, ou regras informais, criadas a partir de sanções geracionais, tradições e valores éticos ou morais. Nesse sentido, o imigrante é percebido como uma pessoa desviante nas relações internacionais contemporâneas por ser um ator estranho à identidade nacional de determinado país.

Essa condição de desviante do imigrante é produto das dinâmicas de poder e relações hierárquicas que distinguem os empreendedores morais – aqueles que detêm poder para aplicar regras e rotular o outro – dos *outsiders* (Becker 2008). Um desses empreendedores morais que ajudam a reforçar a dicotomia “nacionais versus estrangeiros” são os líderes políticos. Essa segregação do estrangeiro é feita de diversas maneiras pelos líderes, como através da produção de normas de comportamento, políticas públicas, leis ou até mesmo discursos políticos. Para este trabalho, foram selecionados os casos dos presidentes Viktor Orbán (2010–hoje) na Hungria, Donald Trump (2017–2020) nos EUA e Jair Bolsonaro (2019–2022) no Brasil, por serem personagens com discursos e políticas que ressaltam a figura do imigrante como uma ameaça para a segurança e ordem nacional.

O fortalecimento de líderes populistas ultraconservadores abriu espaço para a produção de campanhas presidenciais e projetos de nação xenofóbicos, que utilizam

de uma ótica utilitarista para dividir os imigrantes entre desejáveis e indesejáveis. Na visão desses grupos, existe uma estratégia propagandística de forças pró-imigração, que aproveitam o caráter humanista e emergencial das massas deslocadas para permitir a entrada de estrangeiros em seus territórios. A partir disso, os discursos extremistas e xenofóbicos julgam ser necessário colocar restrições territoriais, uma vez que os imigrantes compõem as novas ameaças globais. Tais práticas cotidianas de controle migratório violentam e estigmatizam indivíduos racializados, ajudando a criar a figura do inimigo nacional e reforçando ainda mais a condição de *outsider* (Becker 2008).

É importante demarcar que o jogo da mobilidade internacional na pós-modernidade, como apontado por Bauman (1999), é marcado por dois grandes *players*: os turistas e os vagabundos. Enquanto os turistas são aqueles que são movidos pelo livre arbítrio – se movimentam em busca de melhores empregos, oportunidades de estudos ou simplesmente pela curiosidade de conhecer outras culturas –, os vagabundos não têm essa liberdade de escolha e estão em movimento porque foram impelidos para tal por conta de lugares de origem que se tornaram inóspitos. A figura do imigrante retratada neste trabalho faz parte do segundo grupo, dos "vagabundos", aqueles que não são bem-vindos nos países e que, consequentemente, se tornam alvos dos discursos e políticas segregacionistas de líderes de direita.

Para tratar o tema da migração, precisamos nos distanciar da perspectiva intelectual dominante dos tradicionalistas/realistas, que estudam segurança em termos estritamente militares e possuem o Estado como principal objeto de referência. Nessa perspectiva, o imigrante não é um assunto das relações internacionais. Por outro lado, a Escola de Copenhague denuncia o “nexo migração-segurança” (Buzan, Wæver e De Wilde 1998) presente em várias políticas dos anos 80 e 90 que geram uma problemática e indesejável securitização do tema migratório.

A teoria de securitização, uma das principais contribuições da escola de Copenhague, trata do processo de retirada de um tema do âmbito político com a justificativa de que existe ameaça existencial iminente que demanda ações emergenciais. Uma questão é securitizada – isto é, deixa de ser uma política cotidiana e se torna uma questão de segurança – quando um agente securitizador identifica a existência de determinado problema e a urgência de sua resolução para sua audiência. O agente securitizador geralmente é um líder – político, social, econômico, militar ou intelectual – que, através do *speech act* (ato de discurso), ganha a atenção do público ao destacar a ameaça existencial contra algum objeto de referência valorizado (Buzan 1997). Ele não somente precisa ter legitimidade para convencer sua audiência do perigo de uma questão, mas também precisa deter poder real para mobilizar recursos que serão utilizados na resolução da ameaça. A partir da securitização, conseguimos, portanto, compreender como a ameaça é socialmente construída por líderes políticos que conseguem facilmente transformar a imigração em uma questão de segurança.

Os presidentes da Hungria, EUA e Brasil elaboraram discursos e políticas que reforçam a ideia de que o estrangeiro é uma ameaça para a segurança societal de seus países (Buzan 1997; Buzan, Wæver e De Wilde 1998). Segundo Sopelsa (2017), a segurança societal está relacionada com o idioma, cultura, religião, identidade nacional, valores e costumes de uma nação. Neste caso, a insegurança aparece quando os imigrantes são identificados como elementos que possam ameaçar a sobrevivência de

identidades. Por estarem em uma posição de poder e serem atores securitizadores, esses líderes possuem a capacidade de securitizar a questão da imigração e criar medidas excepcionais contra a mobilidade internacional.

O estudo de também nos ajuda a compreender como a definição de insegurança está atrelada a uma série de decisões tomadas pelos “profissionais do mal-estar” – esses podendo ser políticos, militares, patrulheiros, empresas privadas ou agências de inteligência. Segundo o autor, a categorização da ameaça pode refletir os interesses particulares destes atores de segurança, em que algumas posições e ações políticas são privilegiadas no que diz respeito ao fazer segurança. A securitização aparece, portanto, como uma forma de governamentalidade e que é utilizada por diversas instituições para incentivar o mal-estar¹. Dessa forma, os agentes que “têm um conhecimento administrativo-gestor das ameaças e riscos” (Bigo 2008, 82) moldam, por meio de seus discursos, a gramática revanchista e abstrata do inimigo a ser combatido – no caso desta pesquisa, o imigrante – incorporando ao espaço físico imperativos enviesados de restrição².

Para refletir sobre tais políticas de segurança no espaço transnacional contemporâneo, torna-se fundamental o argumento de Bigo (2008), que antevê no atual contexto aquilo que ele chama de banóptico. Combinando a ideia de exclusão, “*bando*”, de Jean-Luc Nancy (2003), com o panóptico, de Foucault (1987), ele indica como as técnicas de elaboração de perfis são utilizadas para saber quem deve ser objeto de vigilância estrita. Bigo (2008) mostra que a securitização, além de indicar quem deve ser protegido de ameaças existenciais por meios extraordinários, define quem deve ser sacrificado para que a ameaça seja eliminada ou contida. As estratégias de formulação de sistemas de segurança pública consistem em determinar quem faz parte e quem é excluído dos discursos de riscos e inimigos internos, dos centros de detenção, das portas de embarque dos aeroportos e até mesmo das leis e medidas administrativas que singularizam o tratamento de certo grupo. Desse modo, práticas que visam a segurança de determinados indivíduos são, simultaneamente, ações que causam insegurança a outros. Portanto, esses dois conceitos antagônicos interagem em um processo de (in)securitização, pois ambas – securitização e insecuritização – crescem juntas e geram dinâmicas autossustentáveis. Se, por um lado, os cidadãos têm a sua segurança protegida no Estado-nação, por outro, os imigrantes são expostos a técnicas e procedimentos de contenção pelo simples fato de serem estrangeiros.

Essa administração de um país sobre os movimentos migratórios pode ser relacionada com o conceito de biopolítica de Michel Foucault (1987). A biopolítica, compreendida como um instrumento de controle do Estado sobre a vida biológica dos indivíduos, aparece como uma forte expressão de poder dos tomadores de decisão e líderes políticos para a manutenção de uma determinada raça. No caso do campo abordado nesta pesquisa, o poder é refletido na tentativa da preservação dos nacionais frente à exclusão de identidades estrangeiras.

1. A governamentalidade, nesse caso, se refere à predominância de políticas transversais, utilizadas como modo de governança por diversas instituições para a produção do mal-estar.

2. Bigo 2002 traz como exemplo de restrições físicas impostas aos imigrantes, medidas como o controle de fronteiras, verificação de documentos, triagem médica, detenção em centros de imigração, uso de pulseiras de rastreamento eletrônico, e o visto requerido em determinados países, uma vez que eles bloqueiam um indivíduo antes mesmo da sua partida para o território.

Por fim, também podemos associar tais posturas anti-imigratórias de líderes políticos e agentes de segurança com o desejo da preservação da segurança ontológica. Esse conceito foi originalmente introduzido pelo psicanalista Ronald Laing (1960), posteriormente utilizado pelo sociólogo Anthony Giddens (1991), se consolidando no campo das Relações Internacionais e nos estudos de Segurança Internacional por meio de autores como Bill McSweeney (1999), Jennifer Mitzen (2006) e Catarina Kinnvall (2018). A segurança ontológica é um ponto de partida para examinar razões cognitivas e afetivas pelas quais grupos, indivíduos e até mesmo Estados experimentam sensações de insegurança e de ansiedade existencial, tudo isso dentro da esfera da psicologia política. Esse estudo surge como uma contraposição aos clássicos realistas que apontam que os Estados só se preocupam com sua segurança física, destacando que também há uma mobilização em torno de grupos que se preocupam com a preservação do seu "Ser" e de sua identidade.

Kinnvall, Manners e Mitzen (2018) explicam a relação entre identidade e segurança na política mundial, partindo do princípio de que a subjetividade política é socialmente constituída por diferentes ideias com reverberação em vários níveis. O que acontece na realidade é uma difusão de ideias, discursos, símbolos e significantes que ajudam a estruturar identidades e promover um senso de segurança do Ser. Nesse sentido, a figura do imigrante aparece como um ator subversivo e desestabilizador desse ideal identitário defendido pelos líderes nacionais. Segundo os autores, essa postura marca uma contradição na configuração pluralizada do sistema internacional contemporâneo. A forma com que as instituições modernas se comportam tendem a desencadear novas dinâmicas que, por interferência da recombinação dos costumes e hábitos – e pelo rompimento da tradição –, tornam cada vez mais complicado sustentar uma continuidade biográfica tradicional, bem como um senso estável de nação homogênea (Kinnvall, Manners e Mitzen 2018).

3. O processo metodológico para o estudo da securitização dos imigrantes

Inspirado no desenho metodológico da teoria de securitização da escola de Copenhague (Buzan 1997; Buzan, Wæver e De Wilde 1998) e na teoria da segurança ontológica, esta pesquisa se propõe a fazer uma análise dos discursos e políticas de resolução de conflitos elaboradas por agentes securitizadores que identificaram o tema da imigração como uma ameaça para seus países. Para tal finalidade, foram selecionados três estudos de caso: a não recepção de imigrantes pelo governo de Viktor Orbán (2010–hoje) na Hungria; os imigrantes mexicanos nos Estados Unidos no governo de Donald Trump (2017–2022) nos Estados Unidos; e a política imigratória conduzida durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) no Brasil.

O objetivo é identificar como tais líderes políticos securitizaram a questão da imigração através de duas etapas. A primeira ocorreu através dos discursos públicos realizados no período de suas campanhas eleitorais ou quando assumiram a presidência nos seus países. Foram coletados discursos que englobam as temáticas delimitadas – migração europeia, migração de mexicanos para EUA e migração no Brasil durante o governo Bolsonaro –, na medida em que a linguagem é um dos elementos centrais para a identificação do que seria um perigo à segurança ontológica e, por isso, mereceria ser securitizado. A segunda etapa refere-se à análise das políticas e medidas

desenvolvidas por esses presidentes para contenção da ameaça, identificada por eles, desses movimentos migratórios.

4. O imigrante nos discursos e políticas presidenciais de Orbán, Trump e Bolsonaro

4.1 *A reação aos refugiados e imigrantes no governo de Viktor Orbán na Hungria*

O primeiro estudo de caso a ser analisado se refere aos discursos e políticas feitas pelo primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán (2010-hoje). Eleito pelo partido União Cívica Húngara (FIDESZ), Orbán construiu a partir de 2010 um governo influenciado pelo Partido Popular Democrata-cristão do país e consagrado pelo viés conservador e direitista, o que pode ser observado em suas políticas de cunho anti-imigração. Os discursos de Viktor Orbán tentam criar uma sensação de insegurança ontológica (Kinnvall, Manners e Mitzen 2018) na população húngara, ao defender a preservação da homogeneidade cultural da Hungria e rejeitar fenômenos como o multiculturalismo e a globalização. O trecho do discurso de Viktor Orbán, realizado em 25 de julho de 2022 na Romênia, ilustra esta questão:

Existe um mundo em que os povos europeus se misturam com os que chegam de fora da Europa, [...] isso sim é um mundo mestiço. [...] Somos simplesmente uma mistura de povos que vivem na nossa própria pátria europeia. Estamos dispostos a nos misturar uns com os outros, mas não queremos nos tornar povos mestiços (Verseck 2022)[tradução nossa].

Ao longo dos anos, Orbán manteve a tendência de se posicionar contra os movimentos migratórios num viés de segurança e ameaça à identidade cultural húngara, argumentando que "muitas pessoas perigosas chegaram à Europa e contribuíram com o terrorismo e muitas dificuldades sociais" (Lusa 2021). Também argumentava que a entrada de refugiados mulçumanos minava as raízes cristãs europeias, sendo a única resposta o reforçamento de fronteiras (Lusa 2015).

A securitização da imigração por Orbán foi realizada através de diferentes medidas e políticas. Foram criadas leis emergenciais e declarados estados de crise com o pretexto de que haveria uma crise migratória fora do controle, principalmente em 2015 (Redação 2019). Nesse período, houve um reforço dos controles das fronteiras com a Eslovênia, a suspensão da entrada de imigrantes vindos da Sérvia e o fechamento da fronteira com a Croácia, além da construção de cercas de arames farpados nas divisas com os dois últimos países (Agências 2015).

Em 2019, houve ainda casos de violação de direitos humanos contra imigrantes e refugiados no país. O Conselho da Europa (COE) fez a denúncia da constante rejeição, pelas autoridades húngaras, dos pedidos de refúgio, do uso da violência excessiva da polícia local na detenção de imigrantes sem documentos, e até mesmo da negação de comida para aqueles que tiveram seus pedidos de asilo rejeitados (Redação 2019).

A securitização, no entanto, não se deu apenas no âmbito do executivo. Em 2018, o Parlamento húngaro aprovou a Lei Stop Soros de 2018. A lei em questão fornece ao Ministério do Interior o poder de banir as organizações não-governamentais que forneciam ajuda a imigrantes, bem como exigir uma taxa de 25 sobre quaisquer doações direcionadas àquelas que lutam pelos direitos dos imigrantes no país (Reuters 2018).

4.2 A imigração de mexicanos no governo de Donald Trump nos EUA

O estudo de caso analisado nesta seção refere-se aos discursos e políticas implementadas pelo presidente Donald Trump (2017-2020) nos Estados Unidos. Por ser um dos líderes mundiais que ascenderam ao poder neste período de guinada à direita mundial, Trump também é um político conservador que ganha reconhecimento pela sua preocupação com a segurança e preservação da identidade nacional. Esses e outros princípios, como o patriotismo e a defesa do crescimento cultural, econômico, tecnológico e científico, eram constantemente representados através do slogan de sua campanha eleitoral: *Make America Great Again*. O fenômeno do trumpismo foi sustentado pelo discurso, um elemento identificado como provocador de transformações sociais e que, com isso, atuou no convencimento do público norte-americano para aceitar pronunciamentos e políticas anti-imigratórias (Sopelsa 2017).

Por meio de sua condição de agente securitizador (Buzan 1997; Buzan, Wæver e De Wilde 1998), Donald Trump também foi capaz de transformar a imigração em um problema de segurança. Antes mesmo de assumir a presidência, ele defendia publicamente a restrição e a expulsão de imigrantes em prol da segurança política, militar, econômica e societal do país (Sopelsa 2017). A Figura 1 a seguir apresenta como esse ator demonstrou tais posicionamentos em suas redes sociais.



Figura 1. Postagens de Donald Trump no Twitter

Fonte: Captura de tela realizada em 20 de dezembro de 2022.

O discurso anti-imigratório de Trump se pauta na justificativa de que imigrantes

são um dos principais causadores do aumento do desemprego do país por roubarem os empregos dos americanos. Durante seu discurso de campanha em junho de 2015, ele proclama: "Quando venceremos o México na fronteira? Eles estão rindo de nós, de nossa estupidez. E agora eles estão nos derrotando economicamente. Eles não são nossos amigos, acredite. Mas eles estão nos matando economicamente" (Phillips 2017). Utilizando sempre o termo "*illegal aliens*", Trump também afirma que a chegada de imigrantes provoca um aumento de insegurança, uma vez que estão trazendo toda a sua cultura de violência para o país. Em suas palavras:

Quando o México envia sua gente, ele não manda o melhor [...] Manda gente que tem muitos problemas, e que trazem esses problemas com a gente. Eles estão trazendo drogas. Eles estão trazendo crime. Eles são estupradores [...] Eles não estão nos enviando as pessoas certas. Estão vindo mais do que o México. Estão vindo de toda a América do Sul e da América Latina, e provavelmente - provavelmente - do Oriente Médio. Mas não sabemos. Porque não temos proteção e não temos competência, não sabemos o que está acontecendo. E isso tem que parar e tem que parar rápido (Phillips 2017).

Além dos constantes ataques contra os imigrantes mexicanos, Trump defende que, por viverem em uma nação soberana, os cidadãos devem ter o direito de escolher quem pode entrar e quem deve ser excluído do país:

Escolher os imigrantes com base no mérito [...] habilidade e proficiência. Isso não soa bem? E estabelecer novos controles de imigração para aumentar os salários e garantir que os empregos abertos sejam oferecidos primeiro aos trabalhadores americanos. [...] Outra reforma envolve novos testes de triagem para todos os candidatos que incluem, e isso é tão importante, especialmente se você pegar as pessoas certas. E vamos conseguir as pessoas certas. Uma certificação ideológica para garantir que aqueles que estamos admitindo em nosso país compartilham nossos valores e amam nosso povo (NYT 2016) [tradução nossa].

Ao assumir a presidência e, portanto, fortalecer-se como agente securitizador, Trump usa seu poder de discurso (ou *speech act*) para convencer a população sobre o suposto problema da imigração e, assim, conseguir mobilizar recursos para ações emergenciais. Ou seja, é um agente que foi efetivo em securitizar a imigração no seu país.

Isso pode ser observado, por exemplo, por meio de um pronunciamento realizado na Casa Branca em 2019³. Em um primeiro momento, Trump dirige-se ao seu público ressaltando a problemática da "crescente crise humanitária e de segurança" na fronteira do sul no país, provocada pela falta de controle da imigração, que teria possibilitado a entrada de criminosos e drogas no país. Em seguida, apresenta um plano político elaborado pela sua administração, em parceria com o departamento do Homeland Security, e apresentado no Congresso. O documento solicita mais tecnologias, agentes de segurança, juízes de imigração, além de uma barreira física, para estabilizar a situação da imigração ilegal e garantir a segurança nacional (Politico 2019). Além da construção do muro na fronteira com o México⁴, outras medidas restritivas

3. Para ver o discurso completo, consulte: Politico (2019) "Full text: Donald Trump's immigration address". Politico, ago. White House. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2019/01/08/trump-immigration-speech-full-text-1088710>. Acesso em: 20 dez. 2022.

4. Para mais informações, consulte: Novelli (2020). "Governo Trump concluiu apenas 60% da obra do muro na fronteira com México". Veja, out. Mundo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/governo-trump-concluiu-60-da-obra-do-muro-na-fronteira-com-mexico/>. Acesso em: 15 dez. 2022

também se somaram às iniciativas da política de tolerância zero⁵ ou do programa permanecer no México⁶, como a criação de centros de contenção de imigrantes⁷ ou até mesmo a lentidão de concessão de vistos.⁸

4.3 *A política imigratória do governo de Jair Bolsonaro no Brasil*

O terceiro estudo de caso engloba os discursos e políticas do governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) frente à questão imigratória no Brasil. Assim como os demais casos apresentados, Bolsonaro é um líder que propaga discursos autoritários, antidemocráticos e conservadores. Esse regime de linguagem instaurou uma prática político-discursiva ao longo de seu mandato que pode ser definida como pragmática do caos, isto é, um “método reflexivo, ordenado e laminado de produzir um sentimento permanente de agitação, névoa e mal-estar em audiências políticas enquanto uma agenda conservadora e de livre mercado é radicalizada no Brasil” (Silva 2020, 507). A estratégia de discurso racional de Bolsonaro traz um caráter religioso e dogmático, principalmente em seu slogan de campanha eleitoral de 2018, “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”.⁹

Historicamente, a representação dos imigrantes como atores perigosos ganhou força nos períodos autoritários do país. Durante a ditadura Vargas (1930–1945), foi instaurada uma política de concessão de vistos limitadora e discriminatória (Carneiro e Takeuchi 2010). Já o regime militar (1964–1985) foi inspirado no paradigma de segurança nacional e deu luz ao Estatuto do Estrangeiro de 1985 (BRASIL 2013). Esse estatuto ficou vigente até 2017 e era responsável por regular a população migrante vivendo no Brasil. No entanto, essa lei era problemática na medida em que tornava as ações oficiais passíveis de arbitrariedades e diversas interpretações.

Entre alguns exemplos, podemos citar os termos vagos utilizados para a previsão da deportação, que mantinha os imigrantes em condições irregulares, fora da integração e submersos em vulnerabilidades. Além disso, essa lei fazia parte de uma política que objetivava a defesa do trabalhador nacional e a proteção dos setores industriais, reforçando a noção de que os imigrantes tomariam esses espaços para si. A partir de 2017, o Estatuto do Estrangeiro foi substituído pela Lei de Migração que estabelecia a migração como direito fundamental, posicionando os direitos humanos acima do

5. Para mais informações, consulte: Cunha (2022) "Imigração nos EUA - a política de tolerância zero e o drama das crianças na fronteira". UOL. Pesquisa escolar: Atualidades. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/imigracao-nos-eua-a-politica-de-tolerancia-zero-e-o-drama-das-criancas-na-fronteira.htm>. Acesso em: 15 dez. 2022.

6. Para mais informações, consulte: HRW (2020) "EUA: programa "Permanecer no México" prejudica crianças". Human Rights Watch, fev. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/02/18/338754>. Acesso em: 15 dez. 2022.

7. Para mais informações, consulte: Corona (2020) "Pelo menos 545 crianças imigrantes retidas por Trump ainda estão perdidas dos seus pais". El País, Miami, out. Internacional: Eleições EUA 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/pelo-menos-545-criancas-imigrantes-retidas-por-trump-ainda-estao-perdidas-dos-seus-pais.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

8. Para mais informações, consulte: BBC (2020) "Como Trump conseguiu criar um 'muro invisível' para reduzir a entrada de estrangeiros nos EUA". BBC News Brasil, fev. Internacional. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51652664>. Acesso em: 15 dez. 2022.

9. O plano de governo de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 está disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 06 de mai. 2023.

paradigma de segurança nacional (BRASIL 2017). Essa nova política migratória permitiu a acolhida de pessoas sem documentos, a não criminalização da migração, a proteção humanitária e o direito à reunião familiar, além da igualdade de tratamento e de oportunidade do imigrante, como o acesso a serviços e benefícios sociais, à saúde, educação, assistência jurídica e trabalho.

Entretanto, as eleições presidenciais de 2018 inauguraram um modus operandi de conduta política similar às perspectivas e narrativas do passado autoritário do Brasil em relação ao tema da imigração. Com a ascensão de Bolsonaro à presidência da República, interrompeu-se o processo de mudanças institucionais na matéria de imigração e foi ressaltada, novamente, a perspectiva securitária, além da implementação de uma agenda de retirada de direitos dos imigrantes, num contexto de dados migratórios significativos.¹⁰ Ainda em 2015, quando era deputado federal, Bolsonaro qualificou os migrantes e refugiados que chegavam ao Brasil como ameaça e escória do mundo, sugerindo a criação de campos de refugiados para os venezuelanos (Azevedo 2015). Um exemplo está na fala de Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter em 2019:

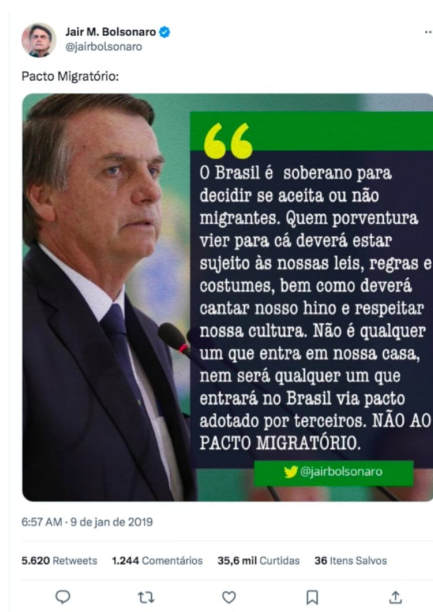


Figura 2. Postagens de Jair Bolsonaro no Twitter

Fonte: Captura de tela realizada em 06 de maio de 2023.

Posteriormente, o então presidente lançou críticas à Lei de Migração de 2017,

10. Segundo o portal de dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), a fins de 2020 o país contava com 1,1 milhão de imigrantes, e em meados de 2021 o número de pessoas com o status de refugiado era mais de 59 mil, englobando, principalmente, cidadãos venezuelanos (Mcauliffe 2021). Ademais, o fluxo de imigrantes vindos do Norte Global foi substituído, recentemente, pela maior vinda de imigrantes de países como Senegal, Congo, Angola, Haiti, Síria e Venezuela, em razão das restrições impostas pelas grandes potências para a entrada e permanência de imigrantes do Sul.

conforme apresentado nos seguintes trechos:

Vê, a França aceitou algo parecido com isso, ó a desgraça que está lá. Nós somos humanos, queremos respeitar direitos humanos, mas ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa. E o Brasil é a nossa casa (Maia 2018).

A nossa lei de migração é uma vergonha, fui o único a votar contra e fui muito criticado pela imprensa. Eles chegam no Brasil com mais direito do que nós. Isso não pode acontecer, porque devemos preservar o nosso país. Se abrir as portas como está previsto na lei de migração, o país pode receber um fluxo de pessoas muito grande e com muitos direitos (Senra 2020).

Durante a sua gestão, foi possível observar a precarização na concessão de direitos e proteção aos imigrantes que tentaram atravessar as fronteiras brasileiras. Em seu primeiro ano de governo, o presidente reforçou o processo de controle migratório e a criminalização dos imigrantes ao se alinhar a discursos e políticas anti-imigração de outros governos de extrema-direita, como de Orbán e Trump. Seus discursos tinham um forte caráter ideológico, atacando imigrantes e refugiados de determinadas nacionalidades, como foi o caso de venezuelanos. Além disso, também criticava as ações de organizações internacionais na garantia de direitos humanos para esses indivíduos, classificando-as como globalistas e anti-soberanas (Albuquerque 2022).

Após sua posse, o governo anunciou a retirada do país do Pacto Global de Migrações da ONU.¹¹ Essa ação foi pautada no argumento de que o Pacto seria um instrumento inadequado, já que, na visão do então ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo (2019-2021), a imigração não deveria ser tratada como uma questão global, mas sim de acordo com a realidade e soberania de cada país (Matoso 2018). Outra medida restritiva imposta pelo governo foi a instituição do dispositivo da Portaria número 666, de 25 de julho de 2019, realizada pelo ministro da Justiça Sérgio Moro (2019-2020), que instituiu o impedimento de ingresso, repatriação e deportação sumária de pessoa perigosa (BRASIL 2019). Tal medida era incoerente com o ordenamento jurídico em vigor e violava o escopo do processo político elaborado pela sociedade civil nas últimas décadas em defesa dos direitos dos imigrantes.

No contexto da pandemia da COVID-19, o fechamento de fronteiras e a criação de novas regulações sanitárias com o pretexto de controle do vírus também ajudaram a fragilizar os direitos de imigrantes e refugiados. Houve, por exemplo, o caso do fechamento da fronteira com a Venezuela em março de 2020, mesmo com apenas 33 casos de covid confirmados no país até aquele momento, em oposição aos milhares de casos na Europa, com quem as fronteiras se mantiveram abertas (Araújo 2020). Isso pode ser compreendido como uma manobra do jogo político-ideológico que sempre esteve presente ao longo da administração de Jair Bolsonaro, que proferia constantes ataques a imigrantes venezuelanos e cubanos, julgando-os serem a causa da entrada do comunismo no país (Pronin e Bermúdez 2019). A retórica de que os estrangeiros subtraem os recursos dos brasileiros, como benefícios governamentais e atendimentos médicos, também se popularizou neste período.

11. Esse pacto tem como objetivo iniciar um processo multilateral de resolução de problemas que afetam os deslocamentos humanos, na intenção de alcançar uma migração segura, ordenada e regular, fortalecendo a cooperação internacional (Rodríguez 2018).

5. Conclusão

Levando em conta as análises teóricas e os estudos de caso deste trabalho, torna-se possível verificar múltiplos casos de marginalização e hostilidade contra os imigrantes em diferentes regiões do mundo. Tanto na América do Norte, quanto na América do Sul e na Europa os imigrantes continuam a ser vistos como ameaça, não somente pelo Estado, mas também pela própria sociedade. A partir do levantamento de dados desta pesquisa, foi possível perceber que algumas teorias nos permitem explicar os discursos de ódio contra imigrantes propagados por Orbán, Trump e Bolsonaro. À luz da teoria de (Kinnvall, Manners e Mitzen 2018), é possível perceber que a figura do imigrante, na visão desses atores políticos de direita, proporciona um incômodo constante para os nacionais húngaros, americanos e brasileiros, uma vez que estes desejam preservar a sua essência identitária, repudiando qualquer ideia de se tornar um povo mestiço. Em meio a um cenário de tanta insegurança e caos psicológico no que se relaciona à política, os discursos e políticas anti-imigratórias dos líderes políticos aparecem como uma solução para emanar os ideais de volta ao passado, do salvamento de certas fantasias e da retomada de mitos, tudo isso a fim de alcançar um futuro glorioso (Kinnvall 2018).

O referido movimento de recuo da Hungria, dos EUA e do Brasil no cenário internacional no que tange à proteção dos direitos humanos dos imigrantes evidencia um claro embate biopolítico que culmina na produção de um quadro de indistinção entre direito e violência (Foucault 1987). A biopolítica enquanto forma encontrada pelo Estado para gerir a vida da população não pode ser ingenuamente compreendida pelo seu caráter humanitário de administrar, por meio de intervenções políticas, as condições de vida das pessoas. Há um aspecto violento desse controle que se estabelece na exigência contínua e crescente da morte em massa do outro. Esse é um instrumento privilegiado que garante os melhores meios de sobrevivência ao ser guiado pelo princípio poder matar para poder viver, transformando a estratégia de atuação dos Estados no sistema internacional. Dessa forma, é possível utilizar a teoria de Bigo (2002), que associa a segurança e a liberdade a uma ferramenta disciplinar, o banóptico, que se refere ao banimento e seleção de determinados indivíduos, onde o sacrifício em prol da sobrevivência se torna a base das agendas securitárias.

As tentativas de impedir a entrada de imigrantes nos seus territórios pode ser interpretada como um processo de securitização excessiva que, na visão de Buzan (1997), cria um estado de paranoia, rigidez e policiamento constante. Essa condição influencia diretamente no processo de elaboração de políticas e medidas, que são contaminadas pelos preconceitos dos tomadores de decisão e do estigma contra o imigrante. Isso demonstra que o processo de securitização, portanto, não é neutro pois os líderes e agentes responsáveis pela identificação e resolução do perigo, assim como pela promoção de ações coercitivas de constante vigilância do outro, tem suas decisões guiadas pela sua própria subjetividade, visão de mundo, percepções e ideologias (Herz 1994; Bigo 2002).

Por fim, é importante ressaltar que os discursos e políticas anti-imigratórias de Orbán, Trump e Bolsonaro não somente moldaram os comportamentos de seus respectivos Estados-Nações, como também foram moldados por esses espaços nacionais. Isso demonstra que as condições que permitiram a produção, propagação e aceitação

dos discursos extremistas e xenofóbicos desses presidentes estão relacionadas com os valores sociais e ideologias presentes nas respectivas sociedades (Cardoso, 1997 *apud* Sopelsa 2017). Como resultado, instauram-se nesses países, em suas diferentes esferas sociais, políticas, econômicas e culturais, "padrões de pensamentos e julgamentos que são contrários à maré dos preceitos básicos da nação" (Sopelsa 2017, 72), e que reforçam a dicotomia Eu versus Outro e a condição de outsider do imigrante (Becker 2008).

Recebido em: 01/06/2023.

Aprovado em: 04/08/2023.

Referências

- Agências. 2015. Hungria fecha outra fronteira e força refugiados a procurar novas rotas. *El País*, acessado em 6 de maio de 2023. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/16/internacional/1445019134_419058.html.
- Albuquerque, Maria F., José e Salmuni. 2022. Entrada e saída pela direita: o filtro migratório no governo de Jair Bolsonaro. *Boletim Lua nova*, https://boletimluanova.org/entrada-e-saida-pela-direita-o-filtro-migratorio-no-governo-de-jair-bolsonaro/#_ftn1.
- Araújo, V., F. e Oliveira. 2020. Fronteira do Brasil com a Venezuela é Fechada. *G1 Globo*, acessado em 4 de maio de 2023. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/03/18/fronteira-do-brasil-com-a-venezuela-e-fechada.ghtml>.
- Azevedo, Rita. 2015. Bolsonaro chama refugiados de 'escória do mundo'. *Exame*, acessado em 5 de maio de 2023. <https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>.
- Bauman, Zygmunt. 1999. Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade. Em *O mal-estar da pós-modernidade*, 106–120. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BBC. 2020. Como Trump conseguiu criar um 'muro invisível' para reduzir a entrada de estrangeiros nos EUA. *BBC News Brasil*, acessado em 15 de dezembro de 2022. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51652664>.
- Becker, Howard S. 2008. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bigo, Didier. 2002. Security and immigration: Toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives: Global, Local, Political*, número 27, 63–92.
- . 2008. The Emergence of a Consensus: Global Terrorism, Global Insecurity, and Global Security. Em *Immigration, integration, and security. America and Europe in comparative perspective*, editado por Simon D'Appollonia Ariane Chebel; Reich, 67–94. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

- BRASIL. 2013. Estatuto do estrangeiro [1980]: regulamentação e legislação correlata. *Senado Federal*, acessado em 4 de maio de 2023. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/508142>.
- . 2017. Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União* (Brasília), acessado em 5 de maio de 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm#:~:text=L13445&text=LEI%20N%C2%BA%2013.445%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%202017.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.%201%2C%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20o%20emigrante..
- . 2019. Portaria no. 666, de 25 de julho de 2019. *Diário Oficial da União* (Brasília), acessado em 5 de maio de 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm#:~:text=L13445&text=LEI%20N%C2%BA%2013.445%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%202017.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.%201%2C%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20o%20emigrante..
- Buzan, Barry. 1997. Rethinking security after the Cold War. *Cooperation and conflict* 32 (1): 5–28.
- Buzan, Barry, Ole Wæver e Jaap De Wilde. 1998. *Security: A new framework for analysis*. Lynne Rienner Publishers.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci e Márcia Yumi Takeuchi. 2010. *Imigrantes japoneses no Brasil: Trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: Editora Edusp.
- Corona, S. 2020. Pelo menos 545 crianças imigrantes retidas por Trump ainda estão perdidas dos seus pais. *El País*, acessado em 15 de dezembro de 2022. <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/pelo-menos-545-criancas-imigrantes-retidas-por-trump-ainda-estao-perdidas-dos-seus-pais.html>.
- Cunha, C. 2022. Imigração nos EUA – a política de tolerância zero e o drama das crianças na fronteira. *UOL. Pesquisa escolar: Atualidades*, acessado em 15 de dezembro de 2022. <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/imigracao-nos-eua-a-politica-de-tolerancia-zero-e-o-drama-das-criancas-na-fronteira.html>.
- Foucault, Michel. 1987. Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. *Tradução de Raquel Ramalhete* (Petrópolis).
- Giddens, Anthony. 1991. *Modernity and Self Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge, England: Polity Press.
- Herz, Monica. 1994. Análise cognitiva e política externa. *Contexto Internacional* 16 (1): 75–89.
- HRW. 2020. EUA: programa "Permanecer no México" prejudica crianças. *Human Rights Watch*, acessado em 15 de dezembro de 2022. <https://www.hrw.org/pt/news/2020/02/18/338754>.
- Kinnvall, Catarina. 2018. Ontological insecurities and postcolonial imaginaries: The emotional appeal of populism. *Humanity & Society* 42 (4): 523–543.
- Kinnvall, Catarina, Ian Manners e Jennifer Mitzen. 2018. Introduction to 2018 special issue of European Security: “ontological (in) security in the European Union”. *European security* 27 (3): 249–265.

- Laing, Ronald. 1960. *The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness*. London: Pelican.
- Lusa. 2015. Hungria: Viktor Orbán não quer mais mulçumanos no seu país. *Observador* (Portugal), acessido em 31 de maio de 2023. <https://observador.pt/2015/09/04/hungria-viktor-orban-nao-quer-muculmanos-no-pais>.
- . 2021. Viktor Órban diz que migrantes podem destruir a identidade cultural da Europa. *Rádio Renascença* (Lisboa), acessido em 6 de maio de 2023. <https://rr.sapo.pt/noticia/mundo/2021/09/01/viktor-orban-diz-que-migrantes-podem-destruir-a-identidade-cultural-da-europa/251623/>.
- Maia, G. 2018. Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar 'certo tipo de gente'. *UOL* (Brasília), acessido em 20 de dezembro de 2022. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>.
- Matoso, F. 2018. Governo Bolsonaro se 'desassociará' do pacto da ONU para migração, diz futuro ministro. *G1* (Brasília), acessido em 20 de dezembro de 2022. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/10/governo-bolsonaro-se-desassociara-do-pacto-da-onu-para-migracao-diz-futuro-ministro.ghtml>.
- McAuliffe, A., M. e Triandafyllidou. 2021. *World Migration Report 2022. Organization for Migration (IOM)* (Geneva), acessido em 4 de maio de 2023. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>.
- McSweeney, Bill. 1999. *Security, identity and interests: a sociology of international relations*. 69. Cambridge University Press.
- Mitzen, Jennifer. 2006. Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. *European journal of international relations* 12 (3): 341–370.
- Nancy, Jean-Luc. 2003. *Corpus*. Madrid: Arena Libros.
- Novelli, Vinícius. 2020. Governo Trump concluiu apenas 60% da obra do muro na fronteira com México. *Veja*, acessido em 15 de dezembro de 2022. <https://veja.abril.com.br/mundo/governo-trump-concluiu-apenas-60-da-obra-do-muro-na-fronteira-com-mexico/>.
- NYT. 2016. Transcript of Donald Trump's Immigration Speech. *The New York Times*, acessido em 20 de dezembro de 2022. <https://www.nytimes.com/2016/09/02/us/politics/transcript-trump-immigration-speech.html>.
- Phillips, Amber. 2017. 'They're rapists.' President Trump's campaign launch speech two years later, annotated. *The Washington Post*, -. Acessido em 20 de dezembro de 2022. <https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2017/06/16/theyre-rapists-presidents-trump-campaign-launch-speech-two-years-later-annotated/>.
- Político. 2019. Full text: Donald Trump's immigration address. *Político*, acessido em 20 de dezembro de 2022. <https://www.politico.com/story/2019/01/08/trump-immigration-speech-full-text-1088710>.
- Pronin, Tatiana e Ana Carla Bermúdez. 2019. Bolsonaro ataca Cuba, França e Venezuela e vê "falácia" sobre Amazônia. *UOL*, acessido em 4 de maio de 2023. <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/09/24/bolsonaro-discurso-assembleia-geral-da-onu.htm>.

- Redação. 2019. Conselho europeu denuncia violação de direitos humanos na Hungria. *Veja*, acessido em 6 de maio de 2023. <https://veja.abril.com.br/mundo/conselho-europeu-denuncia-violacao-de-direitos-humanos-na-hungria>.
- Reuters. 2018. Hungria submete lei 'Stop Soros' ao Parlamento. *O Globo*, acessido em 20 de dezembro de 2022. <https://oglobo.globo.com/mundo/hungria-submete-lei-stop-soros-ao-parlamento-22396313>.
- Rodriguez, Rafael. 2018. Saiba tudo sobre o Pacto Global para Migração. *ONU NEWS: Perspectiva Global Reportagens Humanas*, acessido em 1 de maio de 2023. <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>.
- Senra, R. 2020. Na Índia, Bolsonaro diz que, no Brasil, imigrantes têm 'mais direito que nós'. *BBC News Brasil*, acessido em 20 de dezembro de 2022. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357>.
- Silva, Daniel N. 2020. The pragmatics of chaos: parsing Bolsonaro's undemocratic Language. *Trabalhos em Linguística Aplicada* 59:507-537.
- Sopelsa, Tamara. 2017. *Análise de discurso: o governo Donald Trump e a securitização da identidade nacional norteamericana*. Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).
- Verseck, Keno. 2022. Orban's pure Nazi speech shakes up politics. *Deutsches Welle*, acessido em 29 de dezembro de 2022. <https://amp.dw.com/en/orbans-pure-nazi-speech-triggers-political-earthquake/a-62619164?>